

QUADROS EM BRANCO:

dos mecanismos que tentam impedir a formação de uma consciência racial negra brasileira crítica e coletiva

BLANK BOARDS:

of the mechanisms that attempt to prevent the formation of a critical and collective Brazilian black racial consciousness

PIZARRAS EN BLANCO:

de los mecanismos que intentan impedir la formación de una conciencia racial negra brasileña crítica y colectiva

CADRES DANS BLANC:

des mécanismes qui tentent d'empêcher la formation d'une conscience raciale noire brésilienne critique et collective

Sttefyson Marques Pinto

Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.

sttefysonmpinto@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-3656-3925>

Recebido em: 23/05/2025

Aceito para publicação: 28/08/2025

Resumo

Essa obra visa debater como a branquitude, enquanto estrutura ideológica, que atua para apagar e esvaziar as contribuições negras na história do Brasil, dificultando a construção de uma consciência racial negra crítica. A pesquisa se inicia realizando um estudo crítico da época pós-abolição, sobre a situação do sujeito negro como ex-escravizado em uma sociedade ainda escravagista que o nega o trabalho assalariado, criando discursos ideológicos para marginaliza-lo e discrimina-lo. Logo após, é realizada uma análise da branquitude como uma estrutura que serve para assegurar os privilégios dos brancos, que utiliza de mecanismos como a democracia racial e a meritocracia, para invalidar o processo socio-histórico brasileiro e a pluralidade cultural. Por fim, será debatido como os sujeitos negros que são submetidos a esse discurso ideológico da branquitude, aceita as estruturas que o fazem negar sua ancestralidade e identidade negra, assim dificultando a formação de uma consciência racial negra coletiva e crítica.

Palavras-chave: Branquitude; Consciência Negra; Identidade Negra.

Abstract

This work aims to debate how whiteness, as an ideological structure, acts to erase and empty black contributions to the history of Brazil, making it difficult to build a critical black racial consciousness. The research begins by carrying out a critical study of the post-abolition period, on the situation of the black subject as a former slave in a still slave-owning society that denies him wage labor, creating

ideological discourses to marginalize and discriminate against him. Afterwards, an analysis is carried out of whiteness as a structure that serves to ensure the privileges of white people, which uses mechanisms such as racial democracy and meritocracy to invalidate the Brazilian socio-historical process and cultural plurality. Finally, it will be discussed how black subjects who are subjected to this ideological discourse of whiteness accept the structures that make them deny their black ancestry and identity, thus hindering the formation of a collective and critical black racial consciousness.

Keywords: Whiteness; Black Consciousness; Black Identity.

Resumen

Este trabajo pretende debatir cómo la blanquitud, como estructura ideológica, actúa para borrar y vaciar las contribuciones negras a la historia de Brasil, dificultando la construcción de una conciencia racial negra crítica. La investigación comienza realizando un estudio crítico del período post-abolición, sobre la situación del sujeto negro como ex esclavo en una sociedad todavía esclavista que le niega el trabajo asalariado, creando discursos ideológicos para marginarlo y discriminarlo. Posteriormente, se realiza un análisis de la blanquitud como estructura que sirve para asegurar los privilegios de los blancos, que utiliza mecanismos como la democracia racial y la meritocracia para invalidar el proceso sociohistórico brasileño y la pluralidad cultural. Finalmente, se discutirá cómo los sujetos negros que están sujetos a este discurso ideológico de la blanquitud aceptan las estructuras que les hacen negar su ascendencia e identidad negras, obstaculizando así la formación de una conciencia racial negra colectiva y crítica.

Palabras-clave: Blancura; Conciencia Negra; Identidad negra.

Résumé

Cet ouvrage vise à débattre de la manière dont la blancheur, en tant que structure idéologique, agit pour effacer et vider les contributions des Noirs à l'histoire du Brésil, rendant difficile la construction d'une conscience raciale noire critique. La recherche commence par la réalisation d'une étude critique de la période post-abolitionniste, sur la situation du sujet noir en tant qu'ancien esclave dans une société encore esclavagiste qui lui refuse le travail salarié, créant des discours idéologiques pour le marginaliser et le discriminer. Ensuite, une analyse est réalisée sur la blancheur en tant que structure servant à garantir les privilèges des blancs, qui utilise des mécanismes tels que la démocratie raciale et la méritocratie pour invalider le processus socio-historique et la pluralité culturelle brésiliens. Enfin, il sera discuté de la manière dont les sujets noirs soumis à ce discours idéologique de la blancheur acceptent les structures qui les poussent à nier leur ascendance et leur identité noires, entravant ainsi la formation d'une conscience raciale noire collective et critique.

Mots-clés: Blancheur; Conscience Noire; Identité noire.

Introdução

Este trabalho é fruto de discussões e conversas em sala de aula no primeiro semestre de 2024, na disciplina Pensamento Social Brasileiro, do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia, oferecido pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de São Bernardo – CCSB, e ministrada pela professora Dr^a Ana Caroline Amorim Oliveira. O intuito da disciplina é debater o surgimento e a construção do que seria um pensamento social brasileiro, através dos intelectuais brasileiro considerados clássicos e os contemporâneos das áreas das ciências humanas e sociais.

Vale destacar que a docente responsável pela disciplina, utilizou uma metodologia um tanto peculiar, fazendo a inversão das sequências dos autores estudados na disciplina, começando pelos contemporâneos, em especial autores indígenas e negros que apresentam em seus

estudos uma visão foram do eurocentrismo, como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Lélia Gonzalez, Oracy Nogueira, Clovis Moura, Cida Bento, entre outros, e finalizando com autores considerados clássicos da sociologia brasileira, como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., e outros que por meio de uma visão eurocêntrica, romantizam a barbárie da colonização europeia. Essa metodologia usada pela discente, ajudou a olharmos o passado da sociedade brasileira de forma mais crítica, e a importância de não cairmos no discurso eurocêntrico quando atuarmos como docentes.

Além disso, quando os debates se voltaram sobre as contribuições e a construção de culturas afro-brasileira, foi encontrado um problema, a tentativa constata da branquitude formada por uma classe de elite da supremacia branca, de apagar e esvaziar a contribuição negra da história do Brasil, assim como da identidade negra – negritude, dos próprios sujeitos negros. Dando início ao surgimento desta obra, que visa debater a branquitude como um problema que tenta impedir a formação de uma consciência coletiva racial negra crítica. Este trabalho não foi construído somente a partir das obras usadas na disciplina, também foram utilizadas informações de sites oficiais, como site do Senado Federal brasileiro, e de outras obras, para tentar formar um cenário que de instrução, ao que será caracterizado como mecanismos de apagamento e negação da contribuição negra.

Esta obra também propõe pensarmos as estruturas da sociedade brasileira de forma mais crítica. Fazendo uma busca no passado brasileiro, com o intuito de apresentar os mecanismos ideológicos criados para marginalizar e discriminar os sujeitos negro. E trazendo uma necessidade de fortalecimento da memória negra brasileira, nessa batalha dialética entre a memória e consciência alienante da branquitude. Lélia Gonzalez (2020) apresenta, essa consciência dos discursos ideológicos da branquitude como uma noção que tenta apagar, encobrir e rejeitar aquilo que foi vivido pelo negro, causando o desconhecimento e o esquecimento do saber produzido pela negritude, e a memória sendo oposta a esse tipo de consciência, pois é nela que emerge a verdade e reestrutura a história através do que foi vivido, de forma individual e coletiva, a memória mostra o que a consciência tenta ocultar.

Sangue e suor preto na memória

Ao estudar ou lecionar sobre as relações raciais no Brasil, as relações sociais entre brancos e não-branco, especialmente brancos e negros, deve-se possuir bastante cuidado e atenção para que não caia em narrativas e discursos romantizados ou estereotipados pela ideologia do branqueamento – a branquitude. Visto a complexibilidade do tema, e de quais fontes o conteúdo é retirado. Mas da mesma forma que esse tema se apresenta de maneira complexa, há uma facilidade de entender como estão estruturadas as relações raciais na sociedade brasileira, uma grande quantidade de brancos em lugares privilegiados e uma vasta e imensa população negra nas regiões periféricas e precárias. Infelizmente essa discriminação racial presente na sociedade e brasileira, e em outras, não surgiu de forma repentina, mas de um longo processo violento e articulado de apagamento das etnias, línguas, histórias, e culturas negras. “Nossa história foi profundamente marcada pela brutalidade contra as populações negra e indígena, que eram vistas como ameaça aos interesses dos europeus.” (Bento, 2022, p. 23).

Tentando apagar e reescrever a historiografia brasileira, através de um discurso ideológico que nega a identidade negra, a ancestralidade negra e sua contribuição na construção de um Brasil, assim como tenta ocultar a violência feita pela barbárie do homem branco europeu, romantizando e naturalizando o sofrimento do negro, por meio uma ideologia arquitetada para invalidar as outras culturas étnicas da história (Moura, 1988; Schucman, 2018). Podemos ler esse discurso em boa parte das literaturas que são voltadas para as relações interétnicas, influenciadas pela tal da democracia racial, inclusive as quem são consideradas clássicas pela sociologia brasileira, como Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre, em que os europeus sempre destacando-se através da cor branca de sua pele a sua “superioridade”, “valor” e “status”, tendo uma predisposição a relacionamentos sexuais com etnias “exóticas”, “barbaras”, “selvagens” e “primitivas”, para assim torna-las desenvolvidas, embranquece-las, para construir uma “democracia racial”, igualando as raças para extinguir as diferenças e desigualdades (Bento, 2022; Moura, 1988; Nogueira, 2006), e ao mesmo tempo apagar as outras etnias para que no final sobre somente o homem branco europeu.

Mas, com esses argumentos, consegue-se deixar de analisar como foi ordenada socialmente esta população poliétnica e quais os mecanismos específicos de resistência à mobilidade social vertical massiva que foram criados contra os contingentes populacionais discriminados por essa estrutura. Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida. Com essas duas realidades estruturais durante o transcurso da nossa história social foram criados mecanismos ideológicos de barragem aos diversos segmentos discriminados. (Moura, 1988, p. 62).

Por meio de vários mecanismos de opressão o negro foi discriminado e realocado tanto nas regiões geográficas como na historiografia, sempre para espaços marginalizados e precários de trabalho, recursos, saúde, propriedade, entre outros (Moura, 1988). Esses mecanismos são criados através de um sistema de valores discriminatórios, da branquitude, que carrega um discurso ideológico em que o homem branco é dado como modelo “ideal” e “universal” (Bento, 2022; Schucman, 2018). Na historiografia desse país chamado de Brasil, encontra-se de forma bastante frequente essa ideologia discriminatória, principalmente no período pós-abolição, no qual se tem uma intensificação dessa ideológica e da marginalização do negro como forma de extinguir sua etnia.

Mesmo após a abolição da escravatura, a sociedade – ou melhor, os brancos europeus ou descendentes de europeus, não pensavam nem aceitavam o negro como um novo sujeito social, os meios de comunicação deixavam bem explícito: “a imprensa anarquista que então circulava não refletia nenhuma simpatia ou desejo de união com os negros, mas, pelo contrário, chegava mesmo a estampar artigos nos quais era visível o preconceito racial” (Moura, 1988, p. 65). Entre alguns pensadores, surgiu-se a ideia de que com o fim da escravidão, os ex-escravizados – negros e mulatos, juntar-se-iam e formariam um novo proletariado das regiões urbana, trabalhariam como assalariados ou camponeses livres, no entanto, devido uma sociedade brasileira escravocrata e discriminatória – em todos as suas classes sociais, inclusive dentro do próprio proletariado emergente, a ideia também surgiu como um enorme e tremendo equívoco entre esses pensadores (Moura, 1988). A própria classe do proletariado brasileiro negava e barrava a integração social do negro, isolando-os do trabalho assalariado, exercendo visivelmente o preconceito racial. Como meio de obter “status” sociais

para se igualarem aos seus companheiros brancos donos das fazendas e de grandes negócios – ex-senhores de escravizados, uma classe socialmente oprimida, sendo racialmente opressora de outra (Moura, 1988; Schucman, 2018).

Em vez de unificarem forças – proletariado emergente e negros egressos das senzalas, para construir uma sociedade melhor e por direitos trabalhistas melhores, houve um processo contrário e contraditório, o proletariado realocou o negro em uma posição ainda mais marginalizada, negando o direito do trabalho assalariado. Do mesmo modo que o discurso ideológico criou uma nova prerrogativa ao negro, iniciando um estigma social presente ainda nos dias atuais, do “negro preguiçoso” (Bento, 2022). Invalidando por qual motivo nesse processo longo e violento o negro era escravizado, que é a sua mão-de-obra. O negro antes da abolição trabalhava de forma eficiente, havia a participação do negro nas mais diversas áreas do trabalho, eles eram carpinteiro, pedreiros, entalhadores, impressores, ferreiros, pintores, marceneiros, serralheiros, costureiros, trabalhavam na diversas atividades artesanais como também nas fábricas industriais e entre outras dinâmicas do trabalho, os escravizados não eram limitados somente ao trabalho do eito, pois eram ágeis e aprendiam com facilidade, além de já carregarem técnicas trazidas do continente africano, assim como havia uma evasão de trabalhadores brancos em serviços braçais desses tipos, ensinado os escravizados afim de se livrarem dos serviços pesado ou dos que não condiziam com sua “superioridade branca” (Moura, 1988). Esse quadro do período escravista serviria como uma balança no pós-abolição da escravatura, uma forma do negro ser introduzido no mercado de trabalho assalariado, recebendo pelo seu serviço prestado, no entanto, acontece o oposto, a discriminação e marginalização do negro no mercado de trabalho.

Neste processo complexo e ao mesmo tempo contraditório da passagem da escravidão para o trabalho livre, o negro é logrado socialmente e apresentado, sistematicamente, como sendo incapaz de trabalhar como assalariado. (Moura, 1988, p. 65).

Realocados na sociedade através de um discurso ideológico no qual refere-se ao negro como insuficiente ou incapaz de trabalhar de forma assalariada, devido a sua “inferioridade racial”, apontados de mão-de-obra não aproveitáveis. Mas na verdade eram uma forma articulada de negar o trabalho assalariado a população negra, negando sua existência como sujeito, indivíduo humano, não se tratava somente em desqualificá-lo, mas extinguir sua dignidade, cultura e história. Aplicando um preconceito racial sistemático e articulado, de forma a estereotipar o negro, apregoando o mito contraditório para a época – mas não para o branco, da incapacidade do negro para o trabalho, resultando na invalidação da mão-de-obra da população negra, desta forma o:

[...] preconceito de cor é assim dinamizado no contexto capitalista, os elementos não-brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não-persistentes no trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como o modelo do perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências à poupança e à estabilidade no emprego. (Moura, 1988, p. 69).

Agora o modelo ideal para atuar como trabalhador assalariado é o homem branco, para as diversas dinâmicas do trabalho, antes ocupadas pelos negros. Mas como a sociedade – os ex-donos de escravizados, iriam suprir a enorme falta de mão-de-obra de setores que antes eram

designados aos escravizados? Como negar aos ex-escravizados o trabalho assalariado, mantendo-os marginalizados, discriminados e periféricos? De que forma o trabalhador branco – europeu ou descendente de europeu ocupe esses serviços? Ora, estamos falando do período pós-abolição, ex-donos de escravizados inconformados em pagar para o negro trabalhar, uma sociedade ainda bastante escravagista, conseqüentemente o Estado brasileiro, que também era escravagista, e ajudou nesse processo discriminatório do negro, estimulando e incentivando a imigração para o país, ocupar os espaços que antes eram dos escravizados, agora passa a ser dos imigrantes assalariados (Bento, 2022; Moura, 1988).

Logico que o isentivo a imigração era realizada de forma seletiva, a meta era o branquear a sociedade brasileira, era a campanha do branqueamento, ou seja, “essa imigração não poderia ser asiática nem africana, como nos mostra o decreto de imigração de 1890” (Bento, 2022, p. 26), dando entrada livre para os europeus e norte-americanos, “exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que **sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas**” (Brasil, 1890, p. 1424, grifo nosso), pois o país precisava do modelo branco superior para dinamizar e suprir as necessidades da sociedade brasileira, com uma melhor qualidade de mão-de-obra, um trabalhador mais eficiente, com uma cultura elevada, para construir um Brasil potência, deste modo, nada melhor que o homem branco europeu (Moura, 1988). Para os imigrantes que não fossem asiáticos ou africanos, o Estado garantia a entrada legal e proteção nos primeiros meses, os fazendeiros financiavam sua vinda, posteriormente esse papel passa a ser do próprio Estado (Bento, 2022).

Constrói-se uma outra narrativa com objetivo de transportação em massa da mão-de-obra imigrante, um vez que esses mesmos traziam consigo uma economia boa e desenvolvimento ao país com o capitalismo em progresso, uma nova oportunidade de lucro para as empresas transportadoras através desse segundo tráfico humano, além disso, o imigrante que oferecia uma mão-de-obra alugada sendo muito mais barata que a compra de um negro escravizado, sendo sinônimo de economia aos fazendeiros, ainda os imigrantes prestavam serviços a eles para pagarem as dispersas e taxas da imigração que lhes foram impostas (Moura, 1988). Conseqüentemente, essa troca do imigrante pelo escravizado não escapou dos impactos estruturais, sociais e culturais, tanto pelo ex-escravizados como pelos fazendeiros e imigrantes.

Os fazendeiros enfrentavam as conseqüências da troca de mão-de-obra, pois os imigrantes não era tudo aquilo que eles tanto exaltavam, visto suas culturas diferentes, modos e maneiras diferentes de plantar e cultivar, vinham de regiões com climas e solos diferentes, a vinda do imigrante trouxe consigo uma grande desilusão e frustração aos fazendeiros; os imigrantes ao chegarem no Brasil, se deparavam com uma realidade oposta as que lhes foram prometidas, de terras, propriedades, segurança, saúde e fonte de renda garantida, a situação do imigrante não era muito diferente dos escravizados, e caso se queixassem da condições precarias do trabalho, eram rapidamente substituídos por outros imigrantes estrangeiros, sempre recorrendo a mão-de-obra imigrante como forma de retaliação ao não-branco – negros e mulatos; e o ex-escravizado – agora mulatos e negros livres sofriam pela discriminação e marginalização de uma sociedade conservadora e ainda escravagista (Moura, 1988).

Mesmo com a desilusão e a dor de cabeça para o fazendeiro, ainda se sustentava o discurso ideológico da superioridade do imigrante branco, como uma forma de justificar a inferioridade do negro discurso ideológico racista transpassa as condições econômicas e se estrutura na

própria sociedade, utilizando o Estado como ferramenta para institucionalizar e torna-lo legal. O interesse pelo estrangeiro – especialmente o estrangeiro europeu, não era meramente econômico, baseava-se em sustentar todo um aparato racial, social, cultural, político e ideológico (Bento, 2022; Moura, 1988). Ao logo da história brasileira, podemos notar a criação de diversos mecanismos discriminatórios, estruturais, não-institucionais – senso comum e institucionais – por meio do Estado, exemplos disso temos o decreto de 1890 referenciado a cima, podemos usar um exemplo mais recente como a “Lei de contravenções penais” conhecida como “Lei da vadiagem” pensada de forma minuciosa para afetar os infelizes desempregados, que por sua maioria são os negros, então são diversas estruturas criadas para controlar e marginalizar a população não-branca – negros e mulatos (Bento, 2022; Moura, 1988; Brasil, 1941). Mecanismos nos quais tentam apagar o não-branco da história brasileira, torna-lo insignificante, até justificar que os mesmos mereciam a escravidão, invalidando a sua contribuição, cultura, língua, conhecimento, e principalmente ocultando a barbárie e atrocidades que o branco causou ao não-branco – negros, mulatos e indígenas. Mas isso está na memória – para além da história, que foi vivida e repassada, que não pode apagada, nem ocultada é a mancha de sangue e suor preto, de luta e resistência.

Coisa de branco: a branquitude

Por fora de um discurso ideológico romantizado, nota-se que ao longo da história do Brasil – e também de países, houve e ainda há uma perseguição contante sobre não-brancos, seja de forma estruturada “oculta” ou bem explícita discriminando-os racialmente. Visto que a própria categoria de “raça” é uma construção social no qual serve para emitir diferenciação entre indivíduos ou grupos (Schucman, 2018). Categorizam o negro como um símbolo de vergonha, escondendo a verdadeira vergonha por traz dos atos bárbaros dos brancos europeus, que massacraram, estupraram, exploraram e violentaram de forma física e psicológica o negro (Bento, 2022). Tentam encobertar as suas atrocidades através de um discurso ideológico da branquitude, que quase como um pacto entre brancos, tentam desvalorizar e discriminar o não-branco, conjuntamente assegurar o privilégio dos brancos na sociedade.

Como a nossa grandiosa escritora Lélia Gonzalez (2020) apresenta em sua obra “Por um feminismo afro-latino-americano”, esse discurso ideológico oculta muito mais do que mostra, pois oculta a estrutura racista, discriminatória e desigual da sociedade brasileira que vem desde da época da escravidão. Estruturas que se apropriam do mito da democracia racial, vangloriando que todos antes de tudo somos brasileiros não havendo diferenciação de raça ou discriminação, assim como também a farsa do sistema meritocrático, no qual os indivíduos podem ter sucesso através do mérito e esforço individual, desconsiderando o processo socio-histórico dos indivíduos, grupos e classes distintas, são mecanismos para justificar as desigualdades da sociedade, escondendo a culpa do branco e frustrando o negro fazendo-o acreditar ser insuficiente e inferior.

É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. (Bento, 2022, p. 12).

Esse pacto da branquitude estrutura uma hierarquia sobre as relações raciais entre negros e brancos, sempre colocando em lados opostos como se fossem dois polos distintos, o branco a representação da “superioridade”, por consequência detentor de privilégios, e o negro representado a “inferioridade”, devendo viver discriminado e marginalizado (Bento, 2022; Moura, 1988). Qual o destino dos que não fazem parte desse dos polos – os mulatos, pardos, entre outros? Os demais fazem parte de uma variável, no qual é integrado ou negado de acordo com sua similaridade e proximidade com cada polo, ou seja, a partir do seu tom de pele, sendo mais claro ou escuro, que se pode caracterizar onde o indivíduo vai pertencer (Moura, 1988).

A branquitude constrói um discurso colocando o branco em um *locus* fora da categoria de raça, ou seja, o sujeito branco como uma vertente não racializada, mas “universal”, e os “outros” racializados, categorizados como corpos estranhos na sociedade (Bento, 2022; Schucman, 2018). Isso se apresenta na própria ciência, diversos estudos sobre as relações raciais voltam-se para os grupos minoritários ou marginalizados, tratando-os como distintos da “realidade social”, ajudando no ocultamento e na manutenção dos mecanismos que privilegiam o branco. Assim como Lia Vainer Schucman (2018, p. 143) apresenta:

[...] faz parte dessa mesma patologia social do “branco” a maneira como se estudaram as relações raciais no país, em que apenas o negro se tornou tema e objeto de investigações, ou seja, a sociologia de sua época tornou o negro objeto de estudo, e não sujeito.

Mas essa realidade não é absoluta para todo sujeito branco, pois se trata também de uma construção identitária branca, no qual se refere aos processos socio-históricos de cada sociedade, e como são construídas as relações de poder dentro das estruturas sociais e raciais da sociedade, ou seja, nem todo branco é branco (Nogueira, 2006; Schucman, 2018). No entanto, através da branquitude em cada sociedade, que o indivíduo branco pode se situar de seus privilégios e vantagens sociais.

Apesar de a branquitude ser pensada como uma posição de privilégios simbólicos e materiais, é preciso entender como isso funciona interseccionalmente; a branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais. (Schucman, 2018, p. 145).

A branquitude também construiu mecanismos que transformaram o racismo e o preconceito em algo naturalizado entre os indivíduos, consolidando suas estruturas nas sociedades e transformando-os em uma cultura de prática coletiva, tanto de sujeitos brancos como não-brancos, encontrando-se em diversas camadas das sociais, na economia, história, na política, em sociedade ocidentais, principalmente nas que sofreram os processos de colonização, esses mecanismos “ajudou a naturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro” (Schucman, 2018, p. 144). Assim o racismo se estrutura nos atos cotidianos dos indivíduos e dos grupos sociais, que os praticam consciente ou inconscientemente.

De acordo como Cida Bento (2022), a branquitude no Brasil, atua de forma não-verbal, não falada, mas oculta e estruturada para não ser vista de forma explícita, é criada e sustentada por uma classe privilegiada da elite branca, especialmente descendentes de europeus, nela há diferenças em os seus – brancos, de forma econômica e social, mas sempre tratando-os como

iguais, superiores aos que não são brancos. Da meritocracia, se utiliza para justificar a superioridade branca, a virtuosidade e ascensão social da supremacia branca, de que são os brancos com melhores aptidões de liderança, pois se esforçam, estudam em melhores escolas, participam de melhores ciclos sociais, têm condições financeiras melhores, como também tempo de produtividade e ociosidade para se dedicarem ao aperfeiçoamento individual. E paralelamente a meritocracia oculta o racismo estruturado nas instituições e na sociedade, excluindo do processo socio-histórico, a cultura e origem dos indivíduos não-brancos, sendo omissos quando se trata de questões sociais e relações raciais, preferindo os patriarcas supremacistas brancos, visto que foram eles que a construíram, ela encobre que nem todos têm a mesma oportunidade, educação, saúde, propriedade, entre outros, a meritocracia juntamente com a democracia racial esconde a realidade social e racial do negro (Bento, 2022; Schucman, 2018).

A lógica da dominação da branquitude é estereotipar e discriminar o negro, estruturando e transformando o preconceito em cultura que seja reproduzida, repetida e aprimorada para torná-la uma coisa naturalizada, é fazer o negro viver na lata de lixo da sociedade e não o deixar sair de lá, pois ele não pode oferecer desenvolvimento nem capacidade de liderança, não oferece ordem e progresso, o negro vem da periferia, não completa seus estudos porque ele é ocioso, preguiçoso, negro é bicho malandro, e malandro é bandido, trombadinha, perigoso:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (Gonzalez, 2020, p. 69).

Esse mecanismo serve para assegurar o “lugar de branco” e o “lugar de negro”. Mas onde é o lugar do branco? Como o branco fica nessa quizumba toda? O branco é o favorecido de toda a situação, como também age como produtor e perpetuação dessas desigualdades, pois a branquitude assegura ao branco seu lugar nas posições mais altas nessa hierarquia social. O sujeito branco, através da branquitude produz o discurso da democracia racial, como uma forma de aliviar e isentar a culpa e responsabilidade do branco de todo o processo violento causada pela colonização, e os problemas sociais causados estruturalmente por ela (Schucman, 2018).

“Os privilégios, tanto simbólicos como materiais, operam, portanto, no sentido de criar vantagens às pessoas do grupo racial branco, possibilitando maior acesso a direitos, mesmo os mais básicos, bem como maior facilidade de ascensão social.” (Schucman, 2018, p. 147). A branquitude constrói um lugar de conforto e de benefícios estruturais ao homem branco, cria sistemas que lhe proporcionam vantagens econômicas e políticas, assim como privilégios materiais e simbólicos dentro da sociedade na qual foi colonizada, ela torna o sujeito branco como um padrão universal a ser seguido, e transforma todo esse sistema em algo natural, imperceptível ao sujeito que o detém, produzindo uma estrutura de monocultura, em que

somente a visão, modo de vida e os padrões culturais do sujeito branco é admissível e normal. Esse sistema reconhece as desigualdades sociais e raciais da sociedade, mas não associam esses problemas ao processo socio-histórico vivido pelos sujeitos da sociedade, pois ao fazerem isso estarão se autossabotando, e a branquitude foi criada para proteger o sujeito branco, beneficiá-lo e privilegiá-lo, enquanto deixa o negro marginalizado, tentando impedir uma consciência negra coletiva e crítica, lutar pelos seus direitos.

Negro branco e a negação identitária

*“Desde os tempos do nosso tatatatataravô/ Que eles vem
disseminando a discórdia entre os irmãos/ Técnica
avançada de colonizador/ Colocar um contra o outro
pra depois tocar o terror.”*

(Edi Rock)

É inegável a existência da discriminação e do preconceito racial na sociedade brasileira. No entanto, o racismo brasileiro quando não é difundido de forma explícita e aparente, se encontra disfarçado, oculto e naturalizado na sociedade por meio dos discursos ideológicos e mecanismos da branquitude (Bento, 2022). Esse tipo de racismo é tão articulado e estruturado que afeta o sujeito negro em diversos aspectos, não somente nas relações sociais, mas de forma física, por meio da agressão, segregação racial, marcação, etc., e de forma psicológica, afetando a psique do negro, sua moralidade, cultura, cosmologia, modo de viver, sua formação identitária:

Temos constatado que o racismo, além de violar direitos sociais, prejudica a saúde física e psíquica dos indivíduos, e interfere no inter-relacionamento de brasileiros e brasileiras, o que é perceptível pelo acesso diferenciado aos bens e aos equipamentos sociais. (Farias; Silva, 2018, p. 23).

Há toda uma estrutura – da branquitude, que utiliza de discursos ideológicos e mecanismos, como a democracia racial e o da meritocracia para proteger um sistema de valores discriminatórios (Bento, 2022; Gonzalez, 2020). Esse sistema subjuga o indivíduo negro e o faz pensar que os problemas que considera pessoais, como falta de emprego, a não ascensão social, pobreza, aparência, entre outros, são culpa única e exclusivamente dele mesmo – no caso da própria vítima desses sistemas, ignorando que a verdadeira causalidade desses problemas vem de um processo socio-histórico e discriminatório, alavancado por brancos de uma classe de elite, que deixou marcar na sociedade brasileira contemporânea.

Do mesmo modo que a branquitude serve como forma de assegurar os privilégios dos brancos, ela também cria mecanismos nos quais induz o sujeito negro a negar sua própria identidade como negro, espelhando no branco – no branqueamento, uma forma de escapatória da marginalidade e discriminação. Podemos notar que a branquitude se apropria de um sistema simbólico para o apagamento identitário do negro, visto que serve como instrumento de dominação e ordem social, já que os símbolos são estruturas inseridas socialmente, os indivíduos absorvem essas estruturas criando um consenso legitimador desse sistema de símbolos (Bourdieu, 2001). Ou seja, a branquitude cria o discurso ideológico do branqueamento como meio apagar a identidade e cultura do negro, esse discurso se constrói

através de arquétipos e elementos simbólicos que são legitimados pelos valores discriminatórios da elite branca, e posteriormente pela classe negra marginalizada, tornando-se estruturas estruturante, assim edificando uma realidade no qual os hábitos, a cultura, estilo de vida e comportamento do branco é tornado modelo único e hegemônico, tendo que se tornar ou chegar próxima do estilo branco para ser aceito ou tolerado socialmente.

O branqueamento usa da categoria de raça como forma de efetivar os valores da supremacia branca, apregoando que branco é superior e não-branco é inferior, desta forma os sujeitos não-brancos, em especial negro, mulatos e pardos, buscam se aproximar ao máximo dos elementos identitários dos brancos, com o intuito de serem menos discriminados e mais aceitos socialmente (Moura, 1988). Mas simultaneamente a essa aproximação aos elementos identitários dos brancos, o negro nega e esconde sua própria identidade negra, sua ancestralidade negra, com vergonha da inferioridade e dos estereótipos impostos a todos os valores que não são brancos, assim o sujeito negro foge da sua realidade étnica se apropriando de uma realidade simbólica a parte – construída pelos elementos identitários dos brancos, negando sua negritude – identidade negra:

No recenseamento de 1980, por exemplo, os não-brancos brasileiros, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre a sua cor, responderam que ela era: acastanhada, agalegada, alva, alva-escuro, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-queimada, amarelada, amorenada, avermelhada, azul, azul marinho, baiano, [...] branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha, escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo verde, café, café-com-leite, [...] parda, parda clara, polaca, pouco clara, pouco morena, preta, pretinha, puxa para branca, quase negra, queimada, queimada de praia, queimada de sol, regular, retinha, [...] sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor. O total de cento e trinta e seis cores bem demonstra como o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior. (Moura, 1988, p. 63).

Desde o período da colonização do Brasil os não-brancos foram perseguidos, discriminados e marginalizados, o negro em especial, sendo tratado como objeto, escória da sociedade, negando direitos básicos. A branquitude como processo constante de apagamento da identidade negra e como estrutura de privilégios aos brancos, desta forma qual negro não quer se tornar branco? “O certo é que, depois de quatrocentos anos de lavagem cerebral, o brasileiro médio tem um subconsciente racista. O preconceito de cor faz parte do seu cotidiano.” (Moura, 1988, p. 99). O preconceito torna-se uma cultura praticada tanto pelo branco como pelo negro, ambos viram os produtores do racismo, pois ele é estruturado e sistematizado, ocultando a verdadeira disparidade das relações raciais na sociedade brasileira.

O discurso do branqueamento cria um sistema com elementos sustentados desde a escravidão, que barre uma consciência étnica, ou seja, uma consciência negra crítica e coletiva, fazendo com que os não-brancos aceitem as condições – marginalização, o preconceito e a discriminação que são impostas a eles, havendo assim um processo de apagamento e de conformação do negro na precariedade: “Há um processo de acomodação a estes valores, fato que irá determinar o esvaziamento desses negros no nível da sua consciência étnica,

colocando-os, assim, como simples objetos do processo histórico, social e cultural.” (Moura, 1988, p. 70).

Segundo Fanon, a opressão colonial e o racismo da própria estrutura da colonização passaram também a dominar subjetivamente os colonizados e os colonizadores. No caso dos negros, a consequência seria uma não aceitação da sua autoimagem, da sua cor, o que resultaria em um “pacto” com a ideologia do branqueamento e, portanto, a construção do que o autor chama de máscaras brancas começa na rejeição do negro de si próprio e uma tentativa de fuga das características estereotipadas associadas negativamente aos não brancos na sociedade ocidental. (Schucman, 2018, p. 140-141).

O sujeito negro torna-se submisso desse sistema que o trata como inferior, aceitando imposições e se apropriando dos elementos identitários dos brancos, como uma forma de compensação social. Deste modo, o problema do mito da democracia racial e da meritocracia se reforçam a partir da submissão do negro, tornando-se um estigma e paradoxo social. Assim o sujeito negro adota elementos característicos como hábitos, riquezas, modo de se vestir e agir, níveis elevados de educação, profissão, conhecimento sobre as coisas, entre outros, da cultura branca ocidental, para compensar a cor da sua pele, uma forma embranquecimento identitário (Nogueira, 2006).

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (Gonzalez, 2020, p. 69).

A branquitude faz com que o preconceito e a discriminação se tornem estruturar naturalizadas na sociedade, uma cultura do preconceito produzidos por todos os indivíduos tanto opressores como oprimidos. Por muitas vezes atuando de forma “oculta” na mente das pessoas, sem que elas saibam que praticam o preconceito racial, estando presente em “apelidos”, “brincadeiras”, “hábitos”, entre outros. Resultando em culpabilidade pessoal e estranheza na aparência dos sujeitos negro, fazendo com que apague suas feições, como por exemplo mudar a cor ou alisar o cabelo.

Todos esses mecanismos criados pela branquitude, atuam como forma apagamento e negação da identidade negar, impossibilitando que o próprio sujeito negro tome consciência da posição em que se encontra na sociedade. Pois no momento em que todos os negros formarem uma consciência coletiva crítica, será também o início de uma mudança social e racial, na qual questiona as estruturas sociais atuais do branco e do negro, e do fortalecimento dos elementos identitários negros – a negritude.

Considerações finais

“Os reggae man e os vida loka/ Juntos para todo mundo ver/ Que a união é o que faz a força/ Abrem-se os caminhos pra vencer.”

(Edi Rock)

Vimos que desde o período do Brasil-Colônia há existência de mecanismos de marginalização e discriminação dos sujeitos não-brancos – negros, pardos e indígenas. Os negros vieram a força ao continente americano para trabalharem de forma escravizada, ocupando diversas áreas e atividades trabalhistas na sociedade brasileira, como artesanato, carpinteiro, impressores, ferreiros, pintores, marceneiros, pedreiros, entalhadores, serralheiros, costureiros, entre outro serviço braçais. No entanto, quanto mais se chegava perto dos direitos e libertação dos escravizados, a elite supremacista branca incentivava a vinda de trabalhadores imigrantes vindos da Europa, especialmente a entrada de outros sujeitos também brancos, como uma forma de embranquecer a sociedade, limitando ou restringindo a vinda de indivíduos do continente africano e asiático, ou seja, pessoas de cor. Além disso, também se dá início a um discurso ideológico que visa desqualificar a mão-de-obra negra e substituí-la pela do imigrante. Logo após a abolição da escravatura, a sociedade ainda escravocrata, optou em negar aos negros os direitos básicos e um trabalho assalariado, esvaziando toda a contribuição do negro na construção da sociedade.

A branquitude por meio de aparelhos tanto institucionais como pelo senso comum, vem constantemente tentando apagar a contribuição e a formação de uma cultura afro-brasileira, assim como assegurar os privilégios dos brancos na sociedade. Ela utiliza mecanismos como o discursos da democracia racial e da meritocracia, como meio de ocultar a barbárie e justificar estrutura discriminatória e desigual na sociedade sobre as relações raciais, como também cria um hierarquia social racista no qual classifica o branco superior e o negro inferior, apregoando e produzindo diversos estereótipos a sujeitos negros, transformado as estruturas do racismo e preconceito em uma cultura social, sendo reproduzida tanto pelo beneficiário dela – o branco, como o que sofre racismo – o negro.

Esses mecanismos da branquitude afetam os sujeitos de forma física e psicológica, desestruturando e causando problemas na saúde dos indivíduos negros. Desta forma, infelizmente muito negros se submetem a esses mecanismos dominadores da branquitude, negando sua identidade negra, e se apropriando dos elementos identitários dos brancos, assim efetivam a eficiência dessas estruturas racistas e discriminatórias. Os sujeitos negros passam a negar suas culturas ancestrais – a sua negritude, pois vem no modelo branco, uma “forma” de serem “aceitos” socialmente, mudam seus hábitos da negritude a se aproxima dos elementos identitários do branco. A branquitude os fazem pensar que o único meio de escapar da marginalidade é através do modelo branco, fazendo-os ignorar que a causa dos problemas sociais dos sujeitos negros é causada pela branquitude e o processo socio-histórico brasileiro que ao logo do tempo discriminou os não-brancos.

Mas é claro que não podemos tratar todo esse conteúdo como absoluto, pois estaremos também reproduzindo o discurso da branquitude, colocando o negro somente no lugar de vítima e submisso a branquitude. Também houve resistência e resiliência dos negros contra os mecanismos de apagamento causados pela branquitude, como houve criações de instituições e movimentos negros, por exemplo o Movimento Negro Unificado (MNU), e luta pelo fortalecimento das culturas e identidades negras, por uma historiografia que mostre as contribuições negras na história das sociedades, das culturas afro-brasileiras. Não apontamos que não há uma consciência racial negra crítica e coletiva, pois essa consciência existe sim. No entanto nem todos os indivíduos de cor possuem uma consciência de suas posições sociais, são resultava de um processo socio-histórico de discriminação, o que o fazem tratar essas

situações como algo natural, que na verdade não são. Havendo uma necessidade de reaver a memória negra, de luta e de resistência, nas ruas, nas escolas, em espaços públicos, nas redes sociais, para assim, por esses meios formar uma consciência racial negra coletiva e crítica.

Referências bibliográficas

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. vol. 006, p. 1424, col. 1. (Publicação original). Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/388093/publicacao/15636460>. Acesso em: 13 de maio de 2025.
- BRASIL. **Diário Oficial da União de 13/10/1941**. p. 19696, col. 1. (Publicação original). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/528775/publicacao/35204992>. Acesso em: 14 de maio de 2025.
- FARIAS, Marcio; SILVA, Maria Lucia da. Introdução. In: **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. Maria Lucia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (Orgs.). – São Paulo: Escuta, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ed. ÁTICA, 1988.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. In: **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. Maria Lucia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (Orgs.). – São Paulo: Escuta, 2018.